

Kalina Vanderlei Silva
Maciel Henrique Silva

DICIONÁRIO
DE
CONCEITOS
HISTÓRICOS



editora**contexto**

Copyright© 2005 Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Projeto gráfico
Denis Fracalossi

Ilustração de capa
Delacroix, “La liberté”

Capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Revisão
Lilian Aquino
Dida Bessana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Kalina Vanderlei

Dicionário de conceitos históricos / Kalina
Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. –
2.ed., 2 reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

Bibliografia
ISBN 978-85-7244-298-5

1. História – Dicionários 2. História – Estudo
e ensino I. Silva, Maciel Henrique. II. Título.

05-3069

CDD-903

Índices para catálogo sistemático:

1. Conceitos históricos : Dicionários 903
2. Dicionários : Conceitos históricos 903

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2009

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



O imperialismo, dessa forma, está vivo e é um dos mais importantes aspectos das relações internacionais atuais. Mas é um tema de análise difícil, pois se trata da História do tempo presente, da qual nós, seus participantes, estamos incapacitados de ver o todo. Apesar disso, podemos fazer uma leitura crítica do tema, trabalhando com as notícias que todo dia nos bombardeiam, relacionando-as com o processo histórico que gerou o imperialismo. Dessa forma, conhecendo as causas e os fatores históricos que criaram esses cenários, o professor se capacita a destrinchar seus significados atuais, utilizando a mídia como fonte e analisando suas informações criticamente.

VER TAMBÉM

Capitalismo; Colonização; Etnocentrismo; Fascismo; Globalização; Ideologia; Industrialização; Liberalismo; Nação; Raça.

SUGESTÕES DE LEITURA

ANDRADE, Manuel Correia. *Imperialismo e fragmentação do espaço*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História contemporânea através de textos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PESTANA, Fábio. *No tempo das especiarias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PINSKY, Jaime (org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

PRADO, Maria Lígia. *Formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ÍNDIO

O termo *índio* é uma construção conceitual histórica, datada dos primeiros contatos entre europeus e americanos. O nascimento desse termo, aplicado às populações americanas, originou-se em um erro do navegador Cristóvão Colombo. Projetando chegar à Índia navegando pelo Atlântico em direção à oeste, ao desembarcar na América, Colombo acreditou ter alcançado sua meta inicial e chegado à Ásia. Passou

então a chamar todos os habitantes das ilhas caribenhas nas quais aportou de índios. Apesar desse equívoco ter sido logo percebido pelos europeus, o termo continuou a ser utilizado indiscriminadamente em referência a todos os povos americanos.

Nesse sentido, *índio* é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o *outro*, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas. Atualmente, todavia, a palavra *índio* assumiu um significado mais complexo, pois os próprios povos que antes eram discriminados por esse termo hoje se identificam como tal, construindo sua identidade cultural a partir dele.

Voltando ao período pré-colonial, observamos que a vasta parcela terrestre que hoje chamamos de América não possuía então nenhuma homogeneidade, fosse geográfica, cultural, linguística ou étnica. Fora o fato de que toda a população do vasto continente descendia das mesmas levas de migrações asiáticas e polinésias, acontecidas em vários momentos entre 70 mil e 5 mil anos atrás, esses diversos povos não possuíam mais nada em comum, nem mesmo o tipo físico. A visão preconceituosa e simplista dos conquistadores europeus reduziu, assim, todo um mundo em sua multiplicidade ao termo índio. A palavra continuou vigorando nas sociedades contemporâneas e, se antes da conquista não havia homogeneidade entre as populações americanas, tal homogeneidade também não passou a existir depois da colonização.

A historiografia brasileira, condizente com essas preocupações, tentou e vem tentando desconstruir o preconceito em torno das populações americanas nativas, principalmente procurando substituir o termo índio por expressões como *populações autóctones*, por exemplo. No entanto, essas expressões também não escapam de uma generalização, apesar de evitarem a carga principal de preconceito existente na palavra *índio*. Assim, falando em populações autóctones, nativos americanos, sociedades indígenas, ou mesmo de índios, é preciso definir exatamente de quem se fala.

Ao longo do tempo, diferentes critérios foram utilizados para estabelecer quem era índio e quem não era. O mais antigo desses critérios foi o racial, construído com base nas teorias racialistas predominantes desde o fim do século XIX, que se baseavam nas diferenças físicas percebidas entre índios, negros e brancos. Esse critério, no entanto, é passível hoje de muitas críticas, primeiro pela própria problemática em torno do conceito de raça, segundo pelo fato de que as populações americanas possuem profundas diferenças quanto à cor e à estatura. Além disso, atualmente as populações indígenas são alvo de grande miscigenação, o que desqualifica o critério racial como definidor da identidade indígena.

Um segundo critério era o cultural, sendo o índio caracterizado a partir de um conjunto de elementos, como língua, costumes, crenças e hábitos. Apesar desse critério parecer menos etnocêntrico que o racial, hoje também é alvo das críticas de especialistas como o antropólogo Júlio César Melatti. Para esse autor, o critério cultural não é muito útil porque exige que o pesquisador, antes de tudo, estabeleça um conjunto de elementos culturais próprio dos índios e, como já vimos, a grande diversidade de sociedades ao longo da história impede tal fato. Além disso, esse critério é problemático se utilizado com as populações indígenas atuais, pois no Nordeste, por exemplo, essas populações adotaram em grande parte a cultura brasileira.

Apesar dessa aculturação, todavia, as populações indígenas do Nordeste brasileiro no século XXI, das quais os xucuru são exemplo, continuam a se identificar como índios, ao mesmo tempo que a sociedade nacional (o conjunto de aspectos culturais que formam a cultura oficial do Brasil, que Darcy Ribeiro chamou de “civilização nacional”) também não os reconhece como seus membros. Dessas considerações foi estabelecido o critério atualmente mais aceito de definição do índio, o critério de autodefinição étnica, elaborado pelo II Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Cuzco em 1949. Segundo esse critério, índio é todo descendente dos povos pré-colombianos, consciente de seus costumes, língua e tradições, mesmo que modificados ao longo do processo de contato, que seja considerado a partir dessa condição por si próprio e por outros. Essa definição também leva em conta a identificação do índio com seu sistema de trabalho e com sua economia tradicional.

Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro autor de estudos clássicos acerca da identidade indígena, desde a década de 1950 usou o Congresso Indigenista como base para sua definição de índio brasileiro. Para ele, índio é o integrante de uma parcela da população inadaptada à sociedade brasileira, devido à conservação de costumes oriundos de uma tradição pré-colombiana. Por outro lado, índio é também todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica e é identificado diversamente da população nacional a partir de sua etnia. Assim sendo, desde o Congresso Interamericano e a obra de Darcy Ribeiro, o critério de autodefinição étnica passou a ser adotado para designar as populações indígenas no Brasil, inclusive pelo Estado, que elaborou o Estatuto do Índio (Lei de 19/12/1973), norteador das relações entre Estado brasileiro e populações indígenas até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988.

Dessa forma, o termo *índio* pode ser definido como um conceito étnico, já que para ser índio é preciso tanto se reconhecer quanto ser reconhecido como tal. Todavia, esse conceito só foi construído na segunda metade do século XX para a realidade contemporânea da América Latina e, portanto, não pode ser aplicado indiscriminadamente a outros

períodos como o pré-colombiano. Se hoje o conceito de índio é usado pelas próprias populações indígenas como forma de manter sua identidade, de se distinguir da *civilização nacional* e de continuar a empreender a luta por seus direitos, unindo-se a outras populações indígenas e promovendo reivindicações ao Estado, tal termo não tem a mesma função quando aplicada a outros períodos históricos, servindo apenas para confundir.

Nessa perspectiva, a melhor forma de denominarmos um povo indígena ao longo da história é utilizando o próprio nome pelo qual eles se identificavam: chamando os tupinambá de tupinambá, os funiô de funiô, os aymará de aymará, os maias de maias etc., estamos quebrando o círculo vicioso de generalizações e estabelecendo as nítidas características, assim como a identidade de cada povo. Mas ainda hoje as imagens acerca dos índios veiculadas pelos livros didáticos brasileiros estão carregadas de etnocentrismo. Quando abordam o período colonial, particularmente o *descobrimento*, apresentam o índio como “selvagem”, “primitivo”, “antropófago”; tratando do processo de catequese, o índio recebe uma imagem não menos etnocêntrica: ele é “criança”, “inocente”, “alma virgem”, enfim, alguém que precisa da mão protetora da Igreja. Já com relação ao século XIX, de outra forma, no processo de construção da nacionalidade, o índio é considerado “altivo” e “corajoso”, amante da “liberdade”, pois não fazia sentido dizer que a pátria era formada por brancos, negros e “selvagens”. Todos esses discursos devem ser tomados de forma crítica, entendidos como construções carregadas de interesses ideológicos. Mas, comum também é a omissão. Muitos são os livros didáticos que simplesmente omitem os povos indígenas na História, falando da colonização como povoamento sem conflito.

Outra questão problemática diz respeito às relações entre os grupos tribais e o Estado brasileiro, em que este considera o índio alguém a ser tutorado, e não um indivíduo plenamente capaz de gerir sua própria sociedade.

Para professores de História, a história indígena é um tema emergente e premente, devido não só à importância da contribuição de diferentes povos para a construção do que hoje chamamos de cultura brasileira, mas também à situação atual de crescentes conflitos com garimpeiros, madeireiros e latifundiários. É preciso, no entanto, sempre particularizar cada grupo tribal, suas histórias e sua relação com a sociedade brasileira. Uma boa ferramenta para que possamos combater o preconceito contra os índios é observar em sala de aula o processo de conquista da América pela visão indígena, sempre pensando as populações indígenas a partir de suas próprias denominações étnicas. Precisamos também trabalhar mais com a História das sociedades pré-colombianas – este um termo também preconceituoso – para trazer para os alunos a própria dinâmica histórica desses povos. Pensar e trabalhar em torno da História tupinambá, mundurucu, xucuru, yanomami, asteca e guarani é

mais estimulante e cria uma empatia e um entendimento muito maior entre alunos, professores e o tema, do que simplesmente fazer uma referência geral a todos como índios. O que, além disso, incorre no erro do anacronismo, por considerar que os índios são todos iguais hoje e no passado.

VER TAMBÉM

Aculturação; Cidadania; Colonização; Etnia; Etnocentrismo; Identidade; Interdisciplinaridade; Latifúndio/Propriedade; Memória; Miscigenação; Raça; Tradição; Tribo.

SUGESTÕES DE LEITURA

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A conquista da América vista pelos índios*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MESGRAVIS, Laima; PINSKY, Carla Bassanezi. 2. ed. *O Brasil que os europeus encontraram*. São Paulo: Contexto, 2002.

MUNDURUKU, Daniel. *As serpentes que roubaram a noite e outros mitos*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

_____. *Coisas de índios*. São Paulo: Callis, 2003.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INDÚSTRIA CULTURAL

Indústria cultural é a produção e disseminação de produtos culturais para o consumo em massa, ou seja, o consumo de um grande número de pessoas em diferentes lugares, independentemente das particularidades culturais. Tal produção é realizada em geral pelos meios de comunicação e está interligada à atividade industrial propriamente dita. Jornais, revistas periódicas, programas de TV, livros,